

4 — Conteúdo funcional — o constante no mapa 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho, publicado no *Diário de República*, 1.ª série, n.º 160, de 15 de Julho de 1985.

5 — O local de trabalho será na área do município e as funções a desempenhar serão na Divisão de Administração e Finanças.

6 — A remuneração será a que resultar da aplicação do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

7 — Requisitos de admissão ao concurso — são requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

São requisitos especiais de admissão ao concurso os referidos na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se todos os funcionários das entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, de entre técnicos superiores assessores com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom* e que reúnam os demais requisitos, a que se refere o ponto 7 deste aviso.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal do Cartaxo, podendo ser entregues pessoalmente, na Repartição de Recursos Humanos, no período de expediente (das 9 horas às 17 horas e 30 minutos), ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, para Câmara Municipal do Cartaxo, Praça de 15 de Dezembro, 2070-050 Cartaxo, expedidas até ao termo do prazo fixado neste aviso, para apresentação de candidaturas, devendo constar do mesmo a indicação dos seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, morada completa, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Identificação do concurso a que se candidata, devendo referir o *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;

d) Declaração, em alíneas separadas, no próprio requerimento sob compromisso de honra, sobre a situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das condições a que se referem as alíneas *a)*, *b)*, *d)*, *e)* e *f)* do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, pelo que ficam dispensados de apresentação dos respectivos documentos, e bem assim, quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou possam constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri, se devidamente comprovados;

e) Deve constar ainda do requerimento a experiência profissional, a menção da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na função pública, na carreira e na categoria, o escalão e o índice de vencimento reportados à data do termo do prazo de apresentação das candidaturas;

f) Classificação de serviço obtida na categoria de técnico superior assessor.

9.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Fotocópia do bilhete de identidade, fotocópia do número fiscal de contribuinte, documento comprovativo das habilitações académicas;

b) Declaração emitida pelos serviços competentes, comprovativa das situações referidas nas alíneas *e)* e *f)* do n.º 9, se não for funcionário do município do Cartaxo;

c) *Curriculum vitae* detalhado datado e assinado, elaborado de acordo com o n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

9.2 — Os candidatos funcionários do município do Cartaxo ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas *a)* e *b)* do ponto 9.1 deste aviso, por se encontrarem arquivados no seu processo individual, devendo mencionar esse facto no requerimento.

9.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10 — Métodos de selecção — o método de selecção a utilizar no concurso será a avaliação curricular.

10.1 — A avaliação curricular será graduada de 0 a 20 valores, sendo eliminatória para os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Os critérios de avaliação e factores de ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão da acta da reunião do júri do concurso, a realizar para o efeito, a qual será facultada aos candidatos, sempre que solicitada.

12 — A classificação final será a correspondente à que for obtida no método de selecção, sendo excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores.

13 — Publicitação das listas:

A relação de candidatos admitidos será afixada na Repartição de Recursos Humanos, no edifício dos Paços do Município e poderá ser consultada durante as horas normais de expediente, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, não havendo candidatos excluídos, ou então após a conclusão do procedimento previsto no artigo 34.º, desde que haja candidatos excluídos. Estes serão notificados por ofício registado, nos termos da alínea *a)* do n.º 2 do artigo 34.º ou nos termos da alínea *b)* do mesmo artigo, através de publicação no *Diário da República*, conforme o número de candidatos.

A lista de classificação final é notificada aos candidatos nos termos das alíneas *a)* e *b)* do artigo 40.º, consoante o número de candidatos, e para os efeitos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

14 — O júri do concurso será constituído da seguinte forma:

Presidente — Dr.ª Rute Isabel Ribeiro Ouro, vereadora.
Vogais efectivos:

Dr. Pedro Miguel Magalhães Ribeiro, vice-presidente da Câmara.
Engenheiro Bento António Girio Tanganho, chefe da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais.

Vogais suplentes:

Engenheiro Francisco José Camoéz Jarego Leal, engenheiro civil assessor principal.

Engenheiro José Carlos Correia Tavares Cláudio, técnico superior assessor principal.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro vogal efectivo.

15 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

22 de Novembro de 2006. — O Vereador, com delegação de competências, *Francisco Casimiro*. 1000308725

Aviso n.º 171/2006

Transferência de funcionário

Para os devidos efeitos se torna público que, após decisão favorável do serviço de origem, por meu despacho de 20 de Novembro de 2006, no uso da competência que me foi delegada pelo presidente da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 69.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorizei a transferência do funcionário, da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, António João Fernandes Lourenço, para esta autarquia, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as respectivas alterações, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, para um lugar vago do quadro de pessoal desta autarquia, de topógrafo especialista principal.

Mais se torna público que o referido funcionário deverá aceitar o lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2006. — O Vereador, com delegação de competências, *Francisco José Silvério Casimiro*. 1000308727

Aviso n.º 173/2006

Para os devidos efeitos se torna público, que por meu despacho de 29 de Setembro de 2006, foi concedida, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, licença sem

vencimento com efeitos a partir de 4 de Outubro de 2006, pelo prazo de um ano, ao motorista de pesados Carlos Manuel Gonçalves Devesa.

22 de Novembro de 2006. — O Vereador, com delegação de competências, *Francisco Casimiro*.
1000308726

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO MARIM

Aviso

Renovação de contrato a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 29 de Setembro de 2006, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e do n.º 3 do artigo 139.º do Código do Trabalho, foi renovado, após consulta ao interessado, o contrato a termo resolutivo certo, celebrado com o arquitecto de 2.ª classe Alexandre Miguel Ladeira Costa.

A renovação inicia-se em 18 de Outubro de 2006 e é pelo período de 14 meses.

19 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Fernandes Estevens*.
1000308635

Aviso

Renovação de contrato a termo resolutivo certo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 31 de Outubro de 2006, e nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, foi renovado, após consulta ao interessado, o contrato a termo resolutivo certo celebrado com o técnico superior de educação física de 2.ª classe João Pedro da Silva Fidalgo Batista Ramos.

A renovação inicia-se em 7 de Novembro de 2006 e é pelo período de um ano.

8 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Fernandes Estevens*.
1000308634

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DE BASTO

Aviso

Contrato de prestação de serviços em regime de avença

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 15 de Setembro de 2006, foi celebrado um contrato de prestação de serviços com Maria Augusta Carvalho Pinto Silva, em regime de avença, pelo prazo de um ano, renovável tacitamente, com início em 18 de Setembro de 2006, para prestar os serviços de limpeza da antiga Escola Preparatória da Vila.

6 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Albertino Teixeira Mota Silva*.
1000308653

CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA

Aviso n.º 132

Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, por despachos do presidente da Câmara de 30 de Novembro de 2006, respectivamente, foram celebrados contratos a termo certo resolutivo pelo período de um ano com os indivíduos abaixo mencionados:

Nome — Marco Pitt dos Reis;
Início — 5 de Dezembro de 2006;
Funções — técnico de informática;
Remuneração — 917,47 euros.

Nome — José Manuel Teixeira Tavares;
Início — 5 de Dezembro de 2006;
Funções — técnico superior de gestão;
Remuneração — 1287,68 euros.

Nome — Pedro Filipe Nunes Terras;
Início — 5 de Dezembro de 2006;
Funções — técnico profissional contabilidade;
Remuneração — 640,62 euros.

Nome — Filipe Manuel Bernardo Júlio;
Início — 5 de Dezembro de 2006;
Funções — cantoneiro de limpeza;
Remuneração — 498,98 euros.

5 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000308734

Aviso n.º 133

Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de operário principal da carreira de jardineiro do grupo de pessoal operário qualificado.

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 4 de Dezembro de 2006, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do concurso em epígrafe, nomeei definitivamente, para ocupar o lugar de operário principal, escalão 1, índice 204, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro:

Leopoldo Marta dos Santos.

Mais se torna público que o candidato deverá aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

5 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000308735

Aviso n.º 134

Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de operário principal da carreira de canteiro do grupo de pessoal operário qualificado.

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 4 de Dezembro de 2006, no uso da competência que me confere a alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do concurso em epígrafe, nomeei definitivamente, para ocupar o lugar de operário principal, escalão 1, índice 204, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro:

José António Francisco.

Mais se torna público que o candidato deverá aceitar o cargo no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

5 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Francisco Gomes Monteiro*.
1000308736

CÂMARA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO

Aviso

Concurso interno de acesso limitado para técnico superior de 1.ª classe (turismo)

Nomeação

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara datado de 27 de Novembro de 2006, se procedeu à nomeação de Aida Maria Martins Neves, para o lugar de técnico superior de 1.ª classe — turismo, na sequência do resultado do concurso em epígrafe, aberto por aviso datado de 3 de Outubro de 2006, sem prejuízo de a mesma se manter nomeada em comissão de serviço, como secretária do vereador a tempo inteiro, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 231, de 2 de Dezembro de 2005.